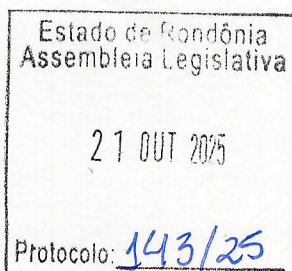


PROTOCOLO



PROJETO DE
RESOLUÇÃO

Nº 143/25

AUTOR: MESA DIRETORA

Dispõe sobre a regulamentação do uso dos veículos oficiais e locados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a utilização dos veículos oficiais e locados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALERO, dispondo sobre sua gestão, controle, fiscalização, manutenção, abastecimento e uso adequado.

Art. 2º A gestão e fiscalização dos veículos serão exercidas de forma compartilhada:

I – pelo Departamento de Transporte, vinculado à Superintendência de Logística, no que se refere aos veículos destinados à área administrativa da ALERO, aos veículos de representação institucional e aos veículos sob sua guarda direta;

II – pelos Gabinetes Parlamentares, no caso dos veículos disponibilizados para os respectivos gabinetes parlamentares, conforme os termos do contrato de locação e dos Termos de Cautela Veicular assinados, responsabilizando-se pela guarda, zelo, uso e comunicação periódica ao Departamento de Transporte, nos termos desta Resolução.

Art. 3º O registro dos deslocamentos dos veículos observará as seguintes diretrizes:

I – para os veículos destinados à administração da Assembleia Legislativa, o uso deverá ser formalizado previamente por meio de Formulário de Solicitação de Saída de Veículo, contendo no mínimo:

- a) identificação do veículo (placa, modelo, quilometragem inicial e final);
- b) nome do condutor e do usuário responsável;

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p>c) horários de saída e de retorno;</p> <p>d) roteiro estimado;</p> <p>e) finalidade do deslocamento.</p> <p>II – para os veículos disponibilizados aos Gabinetes Parlamentares, o controle da utilização será de responsabilidade do próprio gabinete parlamentar, nos termos do Termo de Cautela Veicular, devendo ser comunicado ao Departamento de Transporte:</p> <p>a) os dados de quilometragem mensal;</p> <p>b) situações de manutenção;</p> <p>c) eventuais ocorrências relevantes.</p> <p>§ 1º Em casos urgentes ou devidamente justificados, a solicitação de que trata o inciso I deste artigo poderá ser feita por meio eletrônico ou telefone, devendo o formulário ser regularizado posteriormente junto ao Departamento de Transporte.</p> <p>§ 2º A comunicação referida no inciso II deste artigo poderá ser realizada por meio eletrônico padronizado, conforme orientações do Departamento de Transporte, e servirá de base para o acompanhamento da regularidade do uso e da conservação do veículo.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO II DA CLASSIFICAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS VEÍCULOS</p> <p>Art. 4º Os veículos oficiais e locados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia classificam-se conforme sua finalidade e vinculação institucional:</p> <p>I – Veículos de Representação Institucional: destinados ao uso da Presidência da Assembleia Legislativa, da Mesa Diretora e da Polícia Legislativa, nos termos desta Resolução.</p> <p>II – Veículos Administrativos: utilizados pelas unidades da administração interna da ALERO para o exercício de atividades institucionais, técnicas e operacionais.</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p>III – Veículos de Uso Parlamentar: veículos locados e disponibilizados aos Gabinetes Parlamentares, nos termos dos contratos vigentes e dos Termos de Cautela Veicular firmados pelos respectivos responsáveis.</p> <p>Art. 5º Os veículos mencionados neste Capítulo deverão ser utilizados exclusivamente para atividades vinculadas ao interesse público e ao exercício das funções institucionais, sendo vedado seu uso para fins particulares, salvo a exceção de pernoite prevista nesta Resolução.</p> <p>Art. 6º A destinação específica dos veículos obedecerá à seguinte distribuição, salvo alteração formal autorizada:</p> <p>I – 5 (cinco) veículos do tipo SUV, sob responsabilidade do Departamento da Polícia Legislativa, vinculados à segurança institucional da Mesa Diretora;</p> <p>II – 1 (um) veículo do tipo pick-up, vinculado ao Departamento de Transporte, para uso em serviços operacionais e logísticos;</p> <p>III – 1 (um) veículo do tipo sedan, sob responsabilidade da Presidência;</p> <p>IV – os demais veículos locados, conforme disponibilidade contratual, serão distribuídos para uso dos Gabinetes Parlamentares mediante solicitação e formalização do respectivo Termo de Cautela.</p> <p>Parágrafo único. A substituição de veículos locados dar-se-á mediante solicitação formal do setor responsável ao Departamento de Transporte, que intermediará o procedimento junto à empresa contratada, respeitados os prazos contratuais e as condições de uso.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES PELO USO DOS VEÍCULOS</p> <p>Art. 7º A responsabilidade pelo uso, zelo e conservação dos veículos oficiais e locados da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia será atribuída conforme a destinação e vinculação do veículo:</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p>I – Veículos da Administração: sob responsabilidade do Departamento de Transporte, vinculado à Superintendência de Logística, que atuará na gestão, controle e fiscalização da frota, inclusive quanto a manutenção, abastecimento e registros operacionais;</p> <p>II – Veículos vinculados à Presidência: sob responsabilidade direta do Gabinete da Presidência, observadas as regras desta Resolução;</p> <p>III – Veículos da Polícia Legislativa: sob responsabilidade do Departamento da Polícia Legislativa, nos termos do Regimento Interno e da legislação vigente;</p> <p>IV – Veículos disponibilizados aos Gabinetes Parlamentares: sob responsabilidade do servidor designado no Termo de Cautela Veicular, firmado com o Departamento de Transporte, que será o responsável direto pela guarda, conservação, manutenção e adequada utilização do bem.</p> <p>Art. 8º São obrigações dos responsáveis pelos veículos:</p> <p>I – garantir que o veículo seja conduzido apenas por servidor regularmente habilitado, conforme previsto em Termo de Cautela ou escala administrativa;</p> <p>II – zelar pela conservação do veículo, comunicando tempestivamente ao Departamento de Transporte quaisquer ocorrências, avarias, irregularidades ou situações que demandem intervenção;</p> <p>III – utilizar o veículo exclusivamente para atividades institucionais, sendo vedado o transporte de pessoas estranhas ao serviço público, exceto em situações expressamente justificadas e autorizadas;</p> <p>IV – atentar às datas e quilometragens para manutenções preventivas e corretivas, conforme orientações da contratada ou do fabricante, conforme o caso;</p> <p>V – comunicar imediatamente qualquer sinistro, furto, roubo ou incidente, adotando as providências legais cabíveis, incluindo a lavratura de Boletim de Ocorrência e o envio de relatório circunstanciado ao Departamento de Transporte.</p>			


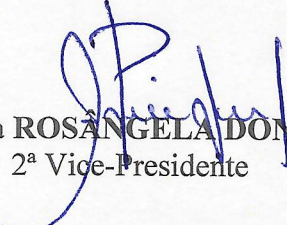
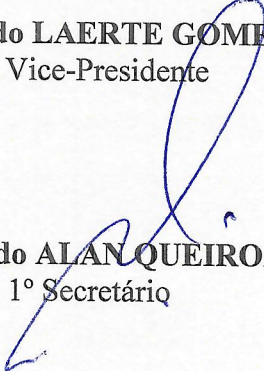
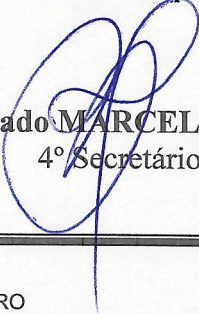
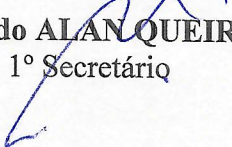
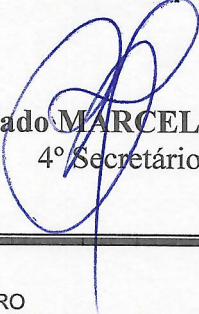
PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p>Art. 9º A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas durante o uso do veículo será do condutor, que deverá realizar a devida identificação junto aos órgãos de trânsito, conforme previsão expressa no Termo de Cautela Veicular.</p> <p>Parágrafo único. O não pagamento das penalidades no prazo legal poderá ensejar o bloqueio do uso do veículo e a instauração de procedimento administrativo para apuração da responsabilidade.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV DO CONTROLE DE USO, MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS</p> <p>Art. 10. O controle de uso dos veículos oficiais e locados da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia observará os critérios estabelecidos nesta Resolução, respeitando a natureza da vinculação do veículo:</p> <p>I – Veículos da administração e da Presidência: terão seus deslocamentos registrados por meio do Formulário de Solicitação de Saída de Veículo, devidamente preenchido e arquivado pelo Departamento de Transporte;</p> <p>II – Veículos disponibilizados aos Gabinetes Parlamentares: terão sua utilização controlada pelo servidor responsável designado no Termo de Cautela, devendo ser mantido relatório de uso atualizado, com periodicidade mínima mensal, contendo a quilometragem, ocorrências relevantes e eventuais manutenções realizadas, a ser enviado ao Departamento de Transporte.</p> <p>§1º Os veículos deverão, obrigatoriamente, ser dotados de rastreadores, especialmente no caso de veículos locados, como forma de assegurar o controle e a rastreabilidade dos deslocamentos.</p> <p>§2º O Departamento de Transporte poderá realizar auditorias e vistorias nos veículos, a qualquer tempo, para verificação das condições de uso e cumprimento das obrigações do Termo de Cautela.</p> <p>Art. 11. A manutenção preventiva e corretiva dos veículos observará os seguintes critérios:</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p>I – no caso dos veículos da administração e da Presidência, o controle das manutenções será feito diretamente pelo Departamento de Transporte;</p> <p>II – no caso dos veículos disponibilizados aos Gabinetes Parlamentares, o Departamento de Transporte encaminhará, com antecedência, a comunicação sobre a necessidade de manutenção conforme o plano de revisão do fabricante ou da contratada, devendo o Gabinete providenciar o envio do veículo à empresa responsável;</p> <p>III – no caso dos veículos de propriedade da ALERO, a manutenção será realizada por meio dos contratos próprios da Casa, com controle do Departamento de Transporte;</p> <p>§ 1º A não observância dos prazos de manutenção preventiva poderá ensejar responsabilização administrativa do responsável designado pelo Termo de Cautela.</p> <p>§ 2º Os veículos declarados inservíveis ou antieconômicos deverão ser recolhidos para posterior alienação, conforme procedimento administrativo próprio.</p> <p>Art. 12. O abastecimento dos veículos será disciplinado da seguinte forma:</p> <p>I – os veículos da administração e da Presidência serão abastecidos por meio do sistema de fornecimento contratado pela Assembleia Legislativa, com controle direto do Departamento de Transporte;</p> <p>II – Os veículos dos Gabinetes Parlamentares não terão direito a abastecimento institucional, devendo os responsáveis utilizarem o valor recebido por meio do auxílio-transporte, previsto na Lei nº 5.734, de 9 de janeiro de 2024, e regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora nº 017/2024.</p> <p>Parágrafo único. Fica vedado o reembolso de valores referentes ao abastecimento de veículos vinculados aos Gabinetes Parlamentares com recursos orçamentários da Assembleia Legislativa, em razão da natureza indenizatória do auxílio-transporte.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES, ACIDENTES E PENALIDADES</p> <p>Art. 13. O uso indevido dos veículos oficiais ou locados da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia sujeitará o responsável às penalidades cabíveis, conforme disposto nesta Resolução, no Termo de Cautela e na legislação vigente.</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
<p>AUTOR: MESA DIRETORA</p> <p>Parágrafo único. Considera-se uso indevido, entre outras condutas:</p> <p>I – a utilização do veículo por pessoa não autorizada;</p> <p>II – a condução do veículo por servidor não habilitado;</p> <p>III – o uso do veículo para fins particulares, salvo o pernoite autorizado na residência do condutor designado;</p> <p>IV – a permanência em locais não autorizados como: clubes, bares, boates, danceterias, balneários, shoppings, supermercados e afins, salvo se vinculados a missão oficial devidamente justificada;</p> <p>V – o descumprimento das orientações do Departamento de Transporte quanto à manutenção, abastecimento ou devolução do veículo;</p> <p>VI – a omissão na comunicação de ocorrências, infrações, avarias ou sinistros.</p> <p>Art. 14. As infrações de trânsito cometidas durante o uso do veículo serão de inteira responsabilidade do condutor identificado no momento da ocorrência, conforme o Termo de Cautela e registros de controle.</p> <p>§1º O responsável deverá providenciar a regularização da infração, inclusive com o pagamento da respectiva multa, no prazo legal, sob pena de responsabilização administrativa.</p> <p>§2º A não identificação do condutor no prazo legal poderá ensejar a abertura de sindicância administrativa, com apuração das responsabilidades e possível desconto em folha de pagamento, nos termos da legislação aplicável.</p> <p>Art. 15. Em caso de acidente, roubo, furto ou qualquer outro sinistro envolvendo veículo oficial ou locado, o responsável deverá:</p> <p>I – comunicar imediatamente à Departamento de Transporte da Assembleia Legislativa;</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
<p>AUTOR: MESA DIRETORA</p> <p>II – acionar, se necessário, a autoridade policial competente para a lavratura de Boletim de Ocorrência;</p> <p>III – encaminhar, em até 48 horas, relatório circunstanciado da ocorrência ao Departamento de Transporte;</p> <p>IV – providenciar o envio do veículo ao local indicado para vistoria, conserto ou substituição.</p> <p>§1º No caso de veículos locados, a responsabilidade pela reparação, cobertura securitária e assistência será da empresa contratada, nos termos do contrato de locação.</p> <p>§2º O responsável pela cautela do veículo não será penalizado quando comprovada a ausência de culpa ou dolo na ocorrência, desde que adotadas todas as providências cabíveis.</p> <p>Art. 16. O descumprimento das disposições desta Resolução poderá ensejar, conforme a gravidade da infração e após processo administrativo com contraditório e ampla defesa:</p> <p>I – advertência;</p> <p>II – suspensão temporária do direito de uso do veículo;</p> <p>III – substituição do servidor responsável pela cautela;</p> <p>IV – desfazimento da cautela e recolhimento imediato do veículo;</p> <p>V – ressarcimento ao erário, em caso de danos materiais;</p> <p>VI – comunicação à Corregedoria Geral para apuração de responsabilidade administrativa, disciplinar ou de improbidade, quando for o caso.</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Art. 17. Os veículos locados deverão estar, obrigatoriamente, equipados com sistema de rastreamento ativo, fornecido pela empresa contratada, permitindo o acompanhamento dos trajetos, localização e quilometragem dos veículos em tempo real.</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p>Art. 18. Os veículos oficiais e locados deverão permanecer em local apropriado nas dependências da Assembleia Legislativa, salvo quando autorizado o pernoite na residência do responsável, conforme previsto no Termo de Cautela.</p> <p>§ 1º O pernoite do veículo fora das dependências da Assembleia não exime o responsável de garantir a segurança e a guarda do bem.</p> <p>§ 2º O descumprimento injustificado desta obrigação ensejará as penalidades previstas nesta Resolução.</p> <p>Art. 19. Compete ao Departamento de Transporte, no âmbito da Superintendência de Logística:</p> <ul style="list-style-type: none">I – coordenar e fiscalizar a execução das disposições desta Resolução;II – realizar inspeções periódicas nos veículos;III – requisitar informações e documentos dos Gabinetes Parlamentares sempre que necessário;IV – emitir instruções normativas complementares para disciplinar aspectos operacionais da utilização dos veículos;V – consolidar e arquivar os dados relativos à utilização da frota. <p>Art. 20. O Departamento de Transporte poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa fundamentada, recomendar o recolhimento de veículos a serviço dos gabinetes ou setores administrativos, sempre que constatadas irregularidades na utilização ou em razão de interesse público.</p> <p>Art. 21. Fica vedado o uso dos veículos oficiais e locados para:</p> <ul style="list-style-type: none">I – transporte de familiares, amigos ou terceiros alheios à atividade pública;II – transporte de cargas ou materiais não relacionados ao exercício das funções institucionais;			

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p>III – qualquer atividade de natureza comercial, pessoal ou particular.</p> <p>Art. 22. Caberá ao Secretário Geral da Assembleia Legislativa expedir instruções e adotar medidas administrativas complementares à plena aplicação desta Resolução.</p> <p>Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Geral da Assembleia Legislativa, ouvido o Departamento de Transporte e, se necessário, a Corregedoria Geral.</p> <p>Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2025.</p> <div><div><p>Deputado ALEX REDANO Presidente</p></div><div><p>Deputada ROSÂNGELA DONADON 2ª Vice-Presidente</p></div><div><p>Deputado ALAN QUEIROZ 1º Secretário</p></div><div><p>Deputado CÁSSIO GOIS 2º Secretário</p></div><div><p>Deputado EDEVALDO NEVES 3º Secretário</p></div><div><p>Deputado MARCELO CRUZ 4º Secretário</p></div></div>			

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>O presente Projeto de Resolução visa regulamentar, de forma clara, moderna e eficiente, a utilização dos veículos oficiais e locados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALERO, disciplinando sua gestão, controle, manutenção, abastecimento e uso adequado.</p> <p>A proposta busca atender à necessidade de uniformização de procedimentos e à crescente demanda por transparência, responsabilidade e segurança no uso da frota legislativa. A normatização ora apresentada consolida as boas práticas já adotadas pela Casa, incorporando dispositivos específicos sobre responsabilidades dos usuários, controle de deslocamentos, uso indevido, infrações, acidentes, penalidades e demais medidas administrativas.</p> <p>A norma consolida responsabilidades e delimita competências entre os gabinetes parlamentares e o Departamento de Transporte, respeitando as atribuições de cada setor e garantindo a rastreabilidade dos deslocamentos por meio de registros padronizados e tecnologias de monitoramento. Além disso, estabelece diretrizes quanto à manutenção preventiva e corretiva, ao controle de abastecimento e ao uso adequado da frota, com previsão de penalidades proporcionais em casos de descumprimento das regras previstas.</p> <p>Cabe ressaltar que a Resolução leva em consideração as especificidades do Poder Legislativo estadual, como a autorização para pernoite dos veículos nas residências dos servidores responsáveis pela condução e a vinculação do abastecimento dos veículos dos gabinetes parlamentares ao valor recebido a título de auxílio-transporte, evitando, assim, qualquer sobreposição de benefícios.</p> <p>A regulamentação ora proposta reforça o compromisso da Assembleia Legislativa com a transparência, a economicidade e o uso racional dos recursos públicos, sem comprometer a continuidade e a eficiência das atividades institucionais.</p> <p>Diante do exposto, submetemos à apreciação dos Nobres Parlamentares o presente Projeto de Resolução, confiantes de que sua aprovação representará um avanço relevante na organização administrativa da Casa, razão pela qual contamos com o apoio e o voto dos Excelentíssimos(as) Parlamentares.</p>			